



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia.

REQUERIMENTO N.º

de 2017

(Da Senhora Janete Capiberibe)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, desenvolvimento Regional e Amazônia e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir os impactos ambientais da mineração na Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com os seguintes convidados:

- Ministro de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho;
- Ministro do Meio ambiente, Sr. José Sarney Filho;
- Presidente da FUNAI, Sr. Franklimberg Ribeiro de Freitas;
- Representante do CIMI;
- Representante do APIB;
- Representante do ISA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento
Regional e Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio de uma portaria do Diário Oficial da União, o Ministério das Minas e Energia abriu caminho para a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), criada em 1984 ainda durante a Ditadura Militar, a expectativa do governo é leiloar áreas no fim do ano. A reserva, localizada entre os Estados do Amapá e do Pará, é rica, sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos, mas a avaliação do Ministério é que a área poderá se tornar algo de relevância mundial.

O Ministério afirma que continuará vedada a mineração das unidades de proteção ambiental e nas terras indígenas dentro da Renca. Mas diz que a abertura para mineração vai gerar empregos numa região inóspita do país, que vai melhorar o IDH de cidades próximas, estimular a economia do Pará e do Amapá, atrair investimentos e ainda deter garimpos ilegais de ouro que há anos funcionam na reserva com suas diversas pistas de pouso clandestinas. Porém, estudiosos afirmam que Mineração é atividade extremamente impactante e serão necessários muitos estudos para os impactos nesse caso possam ser mensurados.

O Governo Federal publicou o decreto 9.142, de 22 de agosto de 2017 no qual abre a área para pesquisa mineral.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2017.

JANETE CABIBERIBE
Deputada Federal
PSB/AP